

1.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 203.ª Sessão Ordinária
Realizada em 4 de Novembro de 1971 — (5.ª-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Wilson Fortes, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Borsari Neto.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quêlse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nachi, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Poli, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (41); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Alvaro Dias, Arizone Araújo, Hélio Manfrinato, Lázaro Dumont, Nivaldo Krüger e Pinto Dias (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, balhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata d a sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

Senhor Presidente:

O Deputado que adinante subscreve, usando prerrogativas regimentais, requer, obtida a Casa, consigne-se em Ata dos trabalhos de hoje um voto de profundo pesar pelo falecimento, em nossa Capital, do Professor Guido Viaro, cuja desapareição abre lacuna irremediável no mundo artístico e educacional do Paraná.

O professor Guido Viaro, cuja morte se lamenta, educou gerações de paranaenses e praticamente todos os pintores jovens que atualmente se destacam em nossa arte. É ele próprio um dos maiores e mais laureados artistas de quantos viveram no Paraná, com vida e obra marcadas para merecerem inserção histórica.

Requer, ainda, uma vez aprovada esta proposição, dê-se da mesma ciência à família enlutada, com os votos oficiais de pesames desta Assembleia Legislativa, em nome do povo paranaense que representa.

Sala das Sessões, em 4 de novembro de 1971.

(a) — Erondy Silvério

Requerimento

Senhor Presidente:

Os Deputados que este subscrevem, com base no artigo 34 do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, requerem seja constituída uma Comissão Especial composta por 5 (cinco) Senhores Deputados, para estudar as consequências e apurar os prejuízos advindo aos triticultores do Sudoeste do Estado em virtude de trigo-semente de má qualidade vendido naquela região pela Café do Paraná.

Sala das Sessões, em 4 de novembro de 1971.

(aa) Cândido Martins de Oliveira
Sebastião Rodrigues Júnior

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Ilmo. Sr. Presidente da Café do Paraná requerimento solicitando determinações no sentido de adoção de providências com relação as denúncias recebidas de agricultores do Sudoeste do Paraná, a respeito de sementes de trigo este ano distribuídas e vendidas na região pelos postos daquela Companhia e que, por razões desconhecidas, não germinaram totalmente, causando sérios prejuízos aos triticultores.

Realmente, a se confirmar a alarmante notícia de que as sementes de trigo vendidas no Sudoeste paranaense pela Café do Paraná não se prestam à ecologia regional, os prejuízos daí advindos serão desastrosos à milhares de famílias que vivem dessa cultura, uma vez que na sua grande maioria estão comprometidas com Bancos financiadores e não terão condições de resgatar seus empréstimos na época prevista em razão do insucesso de suas lavouras, em função de erros e falhas que não lhes dizem respeito e não lhes podem ser debitados.

Requer-se, ainda, em caso de confirmação pela própria Café do Paraná dos fatos aqui relatados, estude aquela Companhia uma forma de ressarcimento aos apocultores dos prejuízos advindos com a compra de sementes improdutivas.

Sala das Sessões, em 4 de novembro de 1971.

(a). — Cândido Martins de Oliveira

O SR. PRESIDENTE — Esta finda a leitura do Expediente.

O Grande Expediente da sessão de hoje, na forma decidida pelo Plenário por proposta do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, será dedicado às comemorações do 2.º aniversário da gestão do Presidente Emílio Garrastasi Médici.

Para falar sobre a data, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior.

O SR. ANTÔNIO LOPES JÚNIOR — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Todos nós que temos memória não nos esquecemos e não poderíamos esquecer nunca daqueles dias de 1962, 63 e 64, em que em toda parte a confusão campeava, desorientando todos aqueles que pensavam no futuro da Pátria; o desgoverno era uma constante, nas autoridades, em todos os escalões, desde os Municípios, desde os Distritos até o Governo da República, a falta de autoridade era uma verdadeira calamidade. A 31 de Março, os acontecimentos se precipitaram de uma certa maneira, que eclodiu o movimento que hoje todos nós conhecemos como sendo a Revolução de Março de 1964.

O tempo foi desastrosamente precipitado, as coisas foram de certa maneira num roldão formidável que não deu tempo, aqueles que prepararam o terreno propício para a Revolução, de criar uma doutrina, de criar um sistema de Governo, um sistema político. Tivemos três Governos da Revolu-

ção; cada um dentro da sua época esteve cumprindo uma missão diferente; no início, para coibir os abusos da anarquia, havia necessidade de um homem de força moral extraordinária e com energia também formidável — e surgiu como primeiro Presidente Castelo Branco, que restaurou o princípio da autoridade e que iniciou de modo valente, o combate à inflação. Não poderiam ser destruídas as estruturas pelas quais nós batemos e contra as quais os Governos de então queriam investir.

Surgiu posteriormente o Governo Costa e Silva, que teve uma tentativa de liberalidade; iniciou o processo de desenvolvimento neste País, mas continuava ainda de certa maneira sem doutrina e com pouca experiência das grandes atividades necessárias para governar um País de dimensões físicas como o Brasil; e finalmente surgiu o Presidente Emílio Garrastazu Médici — iniciou o seu Governo com uma firme decisão de caminhada em busca da destinação histórica da nossa Pátria, com definição certa de objetivos governamentais, com filosofia certa de Governo, com orientação segura em todos os escalões, sem exageros e com a sua natural fleugma, o Presidente Médici, desde o início, desde o discurso de sua posse, foi começando a se avultar na história da Pátria brasileira. A sua presença impõe, apenas pela sua personalidade, a paz e tranquilidade que o povo brasileiro tanto necessita. E dentro desta paz, com objetivos firmes, o Brasil progride sempre para frente, com os olhos postos no futuro e o que é mais interessante, é que não é um governo de mentalidade "vêsga", que tem apenas uma meta, como muitos governos, que se apresentam apenas como monônimo, binômio como trinômio, mas o Presidente Médici, que é um homem de sentido global, quer e tem feito o seu Governo num sentido de abranger ao mesmo tempo uma atividade em todos os setores, do Brasil. O que é mais interessante, é que o Presidente Médici conseguiu impor-se apenas com a sua presença, apenas com a sua voz, apenas com a sua dedicação e, mais do que com sua voz, com o seu exemplo, porque o exemplo é o maior de todos os discursos. O Presidente Médici se impôs ao povo brasileiro com o mais absoluto respeito e admiração de todos os homens, mulheres, crianças, pobres e ricos; nas grandes e pequenas cidades, nos vilarejos, sempre se conhece Emílio Médici, o Presidente de todos os brasileiros. É um Presidente popular, amigo, mas, apesar de popular e amigo, sabe ser austero nas suas atitudes governamentais, e as suas atividades neste sentido não ficam circunscritas apenas às fronteiras do nosso País, elas vão além. Na sua integração, ele não apenas está reunindo fisicamente o solo brasileiro com a transamazônica e tantas outras estradas, com a implantação de aparelhamento de portos marítimos, mas também a integração da gente brasileira, operários, lavradores, funcionários, todos enfim, foram convocados e estão dentro desta grande organização que hoje é o Brasil. O Presidente Médici fez a convocação geral para a grandeza nacional. O seu apelo foi atendido, e nós hoje vemos, não apenas rodovias asfaltadas, a transamazônica, os portos, mas a educação. O MOBRAF por exemplo, tentando alfabetizar os brasileiros, tem um sentido muito mais amplo do que apenas ensinar a ler, escrever e assinar o nome. Tem um sentido de Educação, coisa que nunca houve em nossa terra, nenhum curso de alfabetização no sentido educacional. Mas também revolucionou o ensino médio, passando, a partir de 72, aos cursos técnicos profissionais e ao ensino superior, que também teve uma grande revolução, tornando mais acessível aqueles que ocorrem para os bancos escolares. Na energia elétrica, nós vemos a firme decisão de S. Exa. de aproveitar as Sete Quedas. De que adiantaria aquele potencial energético extraordinário, formidável, ali em Sete Quedas, se nem estradas havia para se chegar lá. De que adiantava a fama internacional de que o poderio energético de Sete Quedas era transcontinental, se estava sendo desperdiçado e era utilizado, quando muito, em sentido turístico.

Mas a grande decisão foi tomada pelo Presidente Médici e, dentro de

algum tempo nós termos, como já foi denominado pelo Senador Mattos Leão, a energia do século, a Sete Quedas.

No campo de tele-comunicações, vemos também estender-se por todos os Municípios da Pátria o telefone, a comunicação para que os brasileiros se sintam mais perto, para que os brasileiros se sintam mais perto, para que os brasileiros se sintam mais unidos uns aos outros, sentindo o palpitar do coração de cada um, mas, como disse há pouco, não é apenas dentro das fronteiras estritas de cada País, mas fora delas também que nós vemos, não faz muito tempo, a sua decisão inabalável, que mostra a soberania do Brasil em todo o mundo, com a decisão das 200 milhas territoriais, e a diplomacia brasileira tem um sentido diferente com o Ministro à frente, sem paternalismo de ninguém, é o Brasil soberano, que fala em nome do Brasil e dos brasileiros e não em nome de quem não seja brasileiro, é o Brasil respeitado em toda parte, que restaura os direitos brasileiros. Nós vimos há pouco tempo, com tristeza que a representação brasileira fazia fiasco em toda parte, já não era aquela do tempo de Ruy Barbosa que, em Haia, impôs a voz do Brasil quando os oradores que se sucediam na Tribuna falavam em inglês e francês, em várias línguas, Ruy Barbosa aparteava os delegados nas suas próprias línguas, assombrando o mundo inteiro naquela reunião e então, nas galerias, todo o mundo perguntava quem era aquele homem baixinho e todos respondiam é o representante do Brasil. E hoje, em todo o mundo, o nosso Embaixador tem dado este sentido de altivez e entusiasmo para que todos nós sintamos entusiasmo com a nossa Pátria e nosso governante. Por isso, srs., a Arena rende neste instante um preito de homenagem ao grande Presidente Emílio Médici, no transcurso do 2.º Ano do seu Governo, almejando que ele seja sempre o mesmo entusiasta, comandante supremo do Brasil, para conduzi-lo à sua destinação histórica, pelo nosso povo, pelo bem estar e pela tranquilidade de todos nós. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

1) — 3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 143-71, de autoria do Dep. Hélio Manfrinato, que autoriza o Poder Executivo construir um Prédio de alvenaria destinado a Delegacia de Polícia de Cianorte. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

2) — 2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 239-69, de autoria do Dep. Ivo Thomazoni, passa à jurisdição da 48.ª Inspeção Regional de Ensino de Francisco Beltrão, a Inspeção Auxiliar de Ensino do Município de Santa Isabel do Oeste. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — com SUBSTITUTIVO — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado pelo substitutivo.**

3) — 2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 113-71, de autoria do Dep. Wilson Brandão, proíbe toda e qualquer propaganda particular, dentro das

4) — 2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 194-71, de autoria do Dep. — **Aprovado.**

4) — 2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 194-71, de autoria do Dep. Quilise Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo criar uma Escola Técnica de Comércio, na sede do Município de Sabaudia, para funcionar no ano letivo de 1972. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

5) — 1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 102-71, de autoria do Dep. Domicio Scaramella, que autoriza o Poder Executivo estadualizar a estrada que liga a sede do Município de Cruz Machado à sede do Município de Pinhão, na forma que especifica. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 102-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar, para fins de melhoria e conservação, a estrada que liga a sede do Município de Cruz Machado à do Município de Pinhão.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1971.

a) Dep. Domicio Scaramella

JUSTIFICATIVA:

Necessário se torna a ligação entre Pinhão e Cruz Machado, através de estrada de boa qualidade, objetivando um melhor escoamento das abundantes safras da região, o que, em nossos dias, se torna impraticável, tendo em vista a precariedade em que se encontra aquela via intermunicipal.

Nestas condições, apresentamos a presente Proposição à consideração de nossos ilustres Pares, esperando se lhe dê o indispensável apoioamento, e, no final a necessária aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO de Lei N. 102-71

SÚMULA: "Autoriza o Poder Executivo estadualizar a estrada que liga a sede do Município de Pinhão, na forma que especifica".

P A R E C E R

Estadualização da estrada Cruz Machado-Pinhão, é o que pretende o Sr. Deputado Domicio Scaramella, através do presente projeto de Lei.

No mérito, a justificativa convence. Sob o aspecto jurídico constitucional não vejo óbices.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 30 de junho de 1971.

aa) Muggiati Filho — Presidente

Armando Queiroz — Relator

Cândido Martins de Oliveira

Emílio Carazzai

Gilberto Carvalho

Sebastião Rodrigues Júnior

COMISSÃO DE FINANÇAS

P A R E C E R

I — O plano de Lei em exame, de iniciativa do Deputado Domicio Scaramella, autoriza o Poder Executivo a estadualizar, para fins de melhoria e conservação, a estrada que liga Cruz Machado à Pinhão.

II — Quanto ao aspecto constitucional a Douta Comissão de Constituição e Justiça já manifestou-se favoravelmente com relação a parte financeira que cabe a esta Comissão opinar, somos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em de julho de 1971.

aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

Ovidio Franzoni — Relator

Paulo Poli

Santos Lima

Maurício Fruet

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO de Lei N.º 102-71

AUTOR: Dep. Domício Scaramella

SUMULA: "Autoriza o Poder Executivo a estadualizar a estrada que liga a sede do Município de Cruz Machado a sede do Município de Pinhão, na forma que especifica".

P A R E C E R

1) As doudas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, apresentaram pareceres pela aprovação do projeto.

2) É louvável a iniciativa do autor, tendo em vista os melhoramentos que se pretende implantar na via intermunicipal.

3) Opinamos pela aprovação.

Sala das Comissões, em de agosto de 1971.

aa) Lázaro Dumont — Presidente

Borsari Netto — Relator

Gilberto Carvalho

Hélio Manfrinato

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Selvério, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Guido Viaro. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, constante do Expediente, solicitando seja constituída uma Comissão Especial, composta de cinco Srs. Deputados, para estudar as consequências e apurar os prejuízos advidos aos tricultores do Sudoeste do Estado. — **Adiada a discussão.**

O SR. JOAO MANSUR — Sr. Presidente, peço a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão para a próxima sessão. Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado requerimento ao Presidente do Café do Paraná, no sentido de adoção de providências com relação às denúncias recebidas de agricultores do Sudoeste do Paraná. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã dia 5, sexta-feira, às 10,00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 440-68, 61-70, 218-70, 308-70, 25-71, 29-71, 78-71, 87-71, 88-71, 174-71.

A Presidência esclarece que a sessão extraordinária, de segunda-feira próxima, fica transferida para terça-feira, uma vez que a sessão de segunda-feira é especial.

Levanta-se a sessão.

PORTARIA:

PORTARIA N.º 484-71

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 8.002, de 20 de outubro de 1971, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a CESAR AUGUSTO LEONI, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1971, a partir de 25 de outubro de 1971.

Gabinete da Diretoria Geral, em 4 de novembro de 1971.

a) DORIZON SALGADO BUENO — Diretor Geral

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

7.ª LEGISLATURA — 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 21.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e setenta e hum, na Sala das Comissões, às dezesseis horas, reuniu-se a Comissão de Redação Final, sob a presidência do senhor deputado Maurício Fruct, Vice-Presidente da referida Comissão. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o Senhor Deputado Wilson Brandão apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N. 236-70 — de autoria do Senhor Deputado Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pirai do Sul, um terreno urbano de 12.440,50 m², na forma que especifica. PROJETO DE LEI N. 192-70 — de autoria do Senhor Deputado Túlio Vargas, que autoriza o Poder Executivo a denominar “Branca Fernandes” um dos estabelecimentos de ensino da cidade de Maringá. PROJETO DE LEI N. 172-70 — de autoria do Senhor Deputado Armando Busato, que autoriza o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 25,00 (vinte e cinco cruzeiros) à Dolores Vieira. PROJETO DE LEI N. 82-71 — de autoria do Senhor Deputado Leopoldo Jacomel, que autoriza o Poder Executivo a criar um Colégio Estadual no município de Palotina, para funcionar a partir do próximo ano letivo. PROJETO DE LEI N. 15-71 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Mensagem 20-71 — Ex-Proposição n.º 58-71, que aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado e a União, através do Ministério dos Transportes, visando construção, transferência de acervo e indenização das obras da Estrada de Ferro Central do Paraná (Ligação direta Apucarana-Ponta Grossa. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata que depois de lida e achada conforme será assinada por Mim e pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

a) Maurício Fruct — Presidente.

a) Lelio G. Sotto Mayor — Secretário

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 15-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Aprovar os termos do Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Governo da União, através do Ministério dos Transportes, em 23 de julho de 1971, visando a construção, transferência do acervo e indenização das obras da Estrada de Ferro Central do Paraná (Ligação Direta Apucarana-Ponta Grossa), na forma que dispõe o art. 22, inciso VII, da Constituição Estadual.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16.08.71.

aa) Maurício Fruct — Presidente

Wilson Brandão — Relator

A. Maciel Filho

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N 82-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do município de Palotina, um Colégio Estadual, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16.08.71.

aa) **Maurício Fruct** — Presidente

Wilson Brandão — Relator

A. Maciel Filho

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 172-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.o — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 25,00 (vinte e cinco cruzeiros), à Dolores Vieira.

Art. 2.o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16.08.71.

aa) **Maurício Fruct** — Presidente

Wilson Brandão — Relator

A. Maciel Filho

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 192-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.o — Fica o Poder Executivo autorizado a denominar "Branca Fernandes", um dos estabelecimentos estaduais de ensino da cidade de Maringá.

Art. 2.o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16.08.71.

aa) **Maurício Fruct** — Presidente

Wilson Brandão — Relator

A. Maciel Filho

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 236-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.o — Fica o Poder Executivo autorizado a alienar, por doação, ao município de Piraí do Sul, um imóvel de um terreno urbano, com a área de 12.440,50 m², sem benfeitorias, confrontando-se: pela frente, em 89,00 m., com a rua Alfredo Moreira; pelo lado direito, em 133,00 m., com patrimônio do Estado do Paraná; pelo lado esquerdo, em 145,00 m., com propriedade de Elvio Marchiori, e, pelos fundos, em 90,00 m., com quem de direito, havido na forma da transcrição n.o 6.148 no livro 3-I, do Registro de Imóveis da comarca de Piraí do Sul.

Parágrafo único — O imóvel a que se refere este artigo é destinado a construção de uma praça de esportes.

Art. 2.o — Fica estabelecido o prazo de cinco (5) anos para a destinação prevista por esta Lei, findo o qual retornará o imóvel ao patrimônio do Estado, desde que não lhe seja dado o fim especificado.

Art. 3.o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16.08.71.

aa) **Maurício Fruct** — Presidente

Wilson Brandão — Relator

A. Maciel Filho

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
7.ª LEGISLATURA — 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 11.ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

As dezesseis horas e dez minutos, do dia quatro de mês de novembro do ano de hum mil novecentos e setenta e um, na Sala de Reuniões, após o término da Sessão Plenária, conforme convocação feita, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Wilson Brandão, presentes os Senhores Deputados: Igo Losso, Sebastião Rodrigues Júnior, José Muggiati Filho, Armando Queiroz, Emilio Carazzai, Arthur de Souza e Gilberto Carvalho, e o Senhor Assessor, Doutor José Maria Zanardini de Camargo. Requerida a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, pelo Senhor Deputado Igo Losso. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia: 1) — PROJETO DE LEI N. 111-71, de autoria do Senhor Deputado Nivaldo Kruger. Autoriza o Poder Executivo criar no Município de Guarapuava, no local denominado Serra da Esperança, um Parque Floresta. Relator Deputado Armando Queiroz. Requer seja converido em diligencia junto à Secretaria da Agricultura, a fim de saber da oportunidade e conveniência ou não da aludida proposição. Deferido. 2) PROJETO DE LEI N. 130-71, de autoria do Senhor Deputado Leopoldo Jacomet. Autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual no Município de Quitandinha, para funcionar no ano letivo de 1972. Relator Deputado Armando Queiroz. Parecer favorável. Aprovado. 3) — PROJETO DE LEI N. 132-71, de autoria do Senhor Deputado Nivaldo Kruger. Autoriza o Poder Executivo constituir a Companhia Intermunicipal, de Estradas Alimentadoras do Parana, com o objetivo de projetar, melhorar e conservar estradas situadas no âmbito municipal, identificadas como alimentadoras do Sistema Rodoviário Estadual e Federal. Relator Deputado Armando Queiroz. Parecer contrário. Aprovado. 4) — PROJETO DE LEI N. 149-71, de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni. Da nova redação ao artigo 356, da Lei 6.174, de 16 de novembro de 1970. Relator Deputado Armando Queiroz. Parecer favorável. Aprovado. 5) — PROJETO DE LEI N. 169-71, de autoria do Senhor Deputado Nivaldo Kruger. Revoga o parágrafo 1.º, do artigo 5.º, da Lei 4.946, de 31 de outubro de 1964. Relator Deputado Armando Queiroz. Requer seja anexado ao Projeto de Lei n.º 14-71, de autoria do Senhor Deputado Emilio Carazzai. O Senhor Deputado José Muggiati Filho requer que a anexação seja feita após ovidio o Plenário. Deferido. 6) — PROJETO DE LEI N. 177-71, de autoria do Senhor Deputado Sebastião Rodrigues Junior. Acresce do paragrafo que especifica, ao artigo 84, da Lei n.º 5.871, de 6 de novembro de 1968. Relator Deputado Armando Queiroz. Parecer favorável. Aprovado. 7) — PROJETO DE LEI N. 179-71, de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati. Autoriza o Poder Executivo promover concurso público para preenchimento de vagas no Magistério Primário do Estado, e dá outras providências. Relator Deputado Armando Queiroz. Parecer contrário. Aprovado. 8) — PROJETO DE LEI N. 180-71, de autoria do Senhor Deputado João Mansur. Declara de utilidade pública o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, com sede nesta Capital. Relator Deputado Armando Queiroz. Parecer favorável. Aprovado. 9) — PROJETO DE LEI N. 233-71, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 31-71, abrindo crédito especial no valor de Cr\$ 3.200.000,00, à Secretaria da Fazenda, para pagamento da Taxa Rodoviária Única, arrecada no exercício financeiro de 1970. Relator Deputado Emilio Carazzai. Parecer favorável. Aprovado. 10) — PROJETO DE LEI N. 234-71 de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 33-71 abrindo crédito especial de Cr\$ 162.991,90, para o atendimento de despesas com os Festejos Comemorativos da Semana da Pátria. Relator Deputado Igo Losso. Parecer favorável. Aprovado. 11) — PROJETO DE LEI N. 236-71, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 32-71, encaminhando anteprojeto de lei que introduz modificações na composição do Conselho Superior do Ministério Público, e adota outras providências. Relator

Deputado Arthur de Souza. Parecer: favorável. Aprovado. 12) — PROJETO DE LEI N. 243-71, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n. 29-71, encaminhando anteprojeto que introduz alterações na Lei n. 5.511, de 10 de fevereiro de 1967, pela qual foi instituída a Taxa de Saúde. Relator Deputado Armando Queiroz. Parecer: favorável. Aprovado. 13) — PROJETO DE LEI N. 255-71, de autoria do Senhor Deputado Francisco Escorsin. Cria o Município de Francisco Alves, desmembrado do de Iporã, com área territorial constituída pelos atuais distritos de Francisco Alves e Rio Bonito. Relator Deputado Arthur de Souza. Parecer: favorável. Requerida vista ao Deputado Armando Queiroz. Deferido. 14) — PROJETO DE LEI N. 26-70, de autoria do Senhor Deputado João Mansur. Veda às Companhias de Economia Mista, das quais o Governo do Estado participe como acionista majoritário, incluir em seus estatutos dispositivos prevendo participação de seus diretores, nos lucros que por ventura venha a produzir. Relator Deputado José Muggiati Filho. Parecer: favorável com emenda. Aprovado. 15) — PROJETO DE LEI N. 115-70, de autoria do Senhor Deputado Luiz Renato Malucelli. Autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública a Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa desta Capital. Relator Deputado Armando Queiroz. Parecer: favorável. Aprovado. 16) — PROJETO DE LEI N. 311-70, de autoria do Senhor Deputado Antônio Lopes Júnior. Cria o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e dá outras providências. Relator Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Parecer favorável. É devolvido pelo Senhor Deputado Armando Queiroz que havia pedido vistas. Aprovado. 17) — PROJETO DE LEI N. 320-70, de autoria do Senhor Deputado Gabriel Manoel. Cria o Município de São Francisco do Imbaú, desmembrado do de Congonhas, com sede e divisas que especifica. Relator Deputado Armando Queiroz. Requer que seja convertido em diligência junto ao Autor do Projeto. Deferido. 18) — PROPOSIÇÃO N. 74-71, de autoria dos Moradores da Região Leste do Município de Bituruna, solicitando autorização plêbiscitária, a fim de que a população da referida localidade descida sobre a anexação desta ao Município de Porto Vitória. Relator Deputado Armando Queiroz. Requer seja convertido em Diligência ao Município de Bituruna a fim de que seja devidamente instruído. Deferido. 19) — PROPOSIÇÃO N. 78-71, de autoria do Poder Executivo, encaminhando cópia do Decreto n. 813, que abriu crédito, ad-referendum desta Assembléia, de Cr\$ 100.000,00, para atender Municípios atingidos por chuvas de granizo. Relator Deputado Armando Queiroz. Parecer: favorável com o respectivo Projeto de Resolução. Aprovado. 20) — PROPOSIÇÃO N. 83-71 de Autoria do Poder Executivo. Veto aposto ao Projeto de Lei n. 166-70, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Toledo, uma motoniveladora, na forma que especifica, pertencente ao DATM. Relator Deputado Igo Losso. Relatório favorável, estando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Aprovado. — Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida, na próxima Reunião, e aprovada por todos os Membros desta Comissão, será assinada por mim, Rita Celestino Soares, Secretária, bem como pelo Senhor Presidente, Deputado Wilson Brandão.

aa) Deputado WILSON BRANDÃO
Presidente

RITA CELESTINO SOARES
Secretária